

OS DESAFIOS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: CENÁRIO EDUCACIONAL DO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS, MT.

Robson Aparecido dos Santos; Rogério Benedito da Silva Añez, Flávio dos Santos Souza, Geovani Ferrari

(Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT E-mails: robson.santos@unemat.br anez@unemat.br)

Introdução

Quando estamos debatendo a situação da educação brasileira, todos, especialistas ou leigos no assunto, possuem uma opinião ou sugestão para melhorar o acesso e a qualidade do ensino. Apesar do avanço em determinadas áreas, nas últimas décadas, ainda há muito o que se fazer para garantir a população uma educação de qualidade e sobretudo que atenda a todos os cidadãos de forma igualitária (KUPLER, [s/d.]).

O processo de universalização do ensino, apesar de estar garantido por leis e pela própria constituição brasileira, ainda se mostra distante de ser alcançado. (FERRARO; MACHADO 2002); e apesar de, nos primeiros anos da educação básica os índices de evasão escolar estarem diminuindo a cada ano, em determinadas regiões brasileiras o número de crianças fora da escola, ainda, requer atenção e intervenção dos diversos setores da sociedade.

Entre os jovens os dados sobre evasão escolar são ainda mais alarmantes, apesar de termos observado uma ampliação no número de escolas tanto públicas quanto particulares a defasagem série/idade merece atenção, segundo dados do UNICEF (2012) no Ensino Médio, o quantitativo de alunos com dois anos ou mais acima da idade recomendada para a série era de 2.843.056, o que corresponderia a 24,2% do total de matriculados nessa etapa de ensino no período analisado.

Corroborando esses dados, Silva (2016) mostra que em 2010, havia cerca de 31 milhões de alunos estudando no ensino fundamental no Brasil e que desse total apenas 30% adentraram no ensino médio, cerca de 24 milhões de jovens que deveriam estar matriculados no ensino médio estavam fora da escola.

Um das causas desse baixo índice de acesso, se deve às diferenças entre a cobertura do ensino médio nas diversas regiões brasileiras que têm um viés histórico, econômico e cultural e é preciso entender isto como um problema que pode e deve ser combatido, demandando uma investigação local, pois as ações políticas devem levar em consideração as peculiaridades de cada região e cidade brasileira.

Segundo relatório do UNICEF (2012) sobre o cenário educacional brasileiro, dos adolescentes com idade entre 15 e 17 anos, 1.539.811 estão fora da escola (14,8%). Ainda segundo o documento, os negros representam a parcela populacional em situação menos favorável: 16,1% estão fora da escola (937.681), ante 13,1% dos brancos (592.966).

No que tange à oferta de vagas na educação, os municípios ficam com a maior responsabilidade na manutenção e oferta de vagas para as séries iniciais do ensino fundamental, ou seja, este ente federado foca os esforços e investimentos a esse público específico, quanto ao ensino médio grande parte sob responsabilidade de oferta cabe ao governo estadual e o governo federal através do institutos federais de educação investe em uma pequena parcela da oferta do ensino médio, assim as distorções entre fomento, facultam o aparecimento de diferenças entre a infraestrutura de escolas dentro do mesmo município.

Nessa perspectiva, o presente trabalho pretende por meio de dados secundários, obtidos a partir da busca nos sites do IBGE e do UNICEF, reunir informações e dados que apresentem a evolução da cobertura do ensino médio na cidade de Rondonópolis município do estado de Mato Grosso, com vistas a subsidiar a discussão e ampliação do conhecimento sobre o cenário educacional regional.

O município de Rondonópolis, se destaca no cenário estadual e nacional, pela importância econômica, disseminada pelo potencial e produtividade agrícola, com destaque para o plantio de soja, que representa a monocultura dominante em todo o estado (SILVA, 2009). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010] é de 0.755 segundo dados do IBGE o valor é considerado médio para os parâmetros internacionais.

Segundo dados do UNICEF (2017), no município 3579 crianças com idades entre 4 e 17 anos estão fora da escola, desse total, 1541 compreendem adolescentes de 15 a 17 anos. Tais informações reforçam, a necessidade de intervenção e entendimento sobre as causas que levam os alunos a estarem fora da escola.

Entender como a cobertura e oferta de escolas tem acompanhado o crescimento populacional e econômico, pode contribuir para a compreensão sobre o processo de desenvolvimento das cidades brasileiras, sobretudo aquelas em que a população é formada basicamente por eventos de migração interna, estimulada pela oferta de emprego e possibilidade de ascensão social.

O presente trabalho, tem por objetivos, apresentar dados referentes ao crescimento populacional e escolar no município de Rondonópolis na série histórica compreendida entre os anos de 2005 a 2015. Pretende-se analisar se o desenvolvimento econômico vem acompanhado pelo desenvolvimento social e educacional.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida tendo por objeto de análise o município de Rondonópolis - MT, foram obtidos dados secundários coletados nos sites do IBGE e UNICEF, sobre número de escolas, professores, evasão escolar e matrículas no ensino médio bem como o número de habitantes no município nos anos de 2005, 2007, 2009, 2012 e 2015.

Tendo tais dados por referência, analisamos o progresso e evolução da cobertura escolar comparada com o crescimento demográfico do município. Desse ponto adiante, foi realizada uma análise dos números apresentados pelo município no que se refere as questões educacionais em comparação com o cenário nacional.

Resultados e Discussão

Historicamente, desde que o Brasil adquiriu sua independência em 1822, o país vem sofrendo mudanças na forma de desenvolvimento e enfrentamento dos problemas e desafios ao crescimento econômico e social. Os governos que se sucederam ao longo do tempo tiveram que agir e planejar intervenções, motivadas pelos inúmeros movimentos sociopolíticos que contribuíram para a construção de uma concepção ampla de educação.

A constituição brasileira por meio do Artigo 205, apresenta a garantia da educação como dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo e formação para o exercício da cidadania e mercado de trabalho (BRASIL, 1988). Apesar disso, percebemos que na prática parcela significativa da população se mantém a margem da sociedade, não tendo acesso aos serviços e possibilidade de ascensão social.

A Conferência Nacional pela Educação realizada em 1994, trouxe avanços para a educação brasileira como o estabelecimento de metas para os entes federados e para o país, com foco principal para o alcance da universalização do ensino. A partir de então, torna-se

necessário e possível aos municípios brasileiros estabelecerem estratégias de ação e planejamento de ações voltadas a população local.

A criação do LDB (Lei de Diretrizes e Bases) representou um ganho enorme para a educação brasileira, sobretudo para os educadores, que puderam a partir de então, ter seus direitos e planos de carreira reforçados, apesar de que, em várias regiões ainda não observamos na prática a aplicação dos artigos da lei. (BRASIL, 1996).

O Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) implantado em janeiro de 1998 em todo o País foi criado para assegurar melhor distribuição dos recursos financeiros aos Estados e municípios. Com este fundo de natureza contábil, cada Estado e município recebe o equivalente ao número de alunos matriculados na rede pública do Ensino Fundamental. O fundo perdurou até 2006, sendo a partir de então substituído pelo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

O Fundeb, ampliou a cobertura para toda a educação básica, educação infantil, ensino fundamental e médio e educação de jovens e adultos, que a partir de então passam a ser beneficiados com recursos federais.

A realização da Cúpula Mundial de Educação, marca o compromisso do Estado perante o mundo com o estabelecimento de metas e reafirmação de ações como o Todos pela Educação. A emergência de políticas, sobretudo a de fomento a educação, fortalecem o processo de mudança e universalização do ensino no país.

Nesse contexto, a criação de políticas sociais como o Fome Zero em 2003 que foi incorporado posteriormente pelo Programa Bolsa Família, retira milhões de pessoas da linha da pobreza e permite o acesso de milhões de crianças e jovens aos espaços escolares, visto os pré-requisitos a participação do programa por parte da população. (TOMAZINI; LEITE, 2016). Tais programas, apesar de serem uma forma de distribuição de renda de caráter emergencial, acabam refletindo diretamente sobre a cobertura da educação básica no Brasil, devido a obrigatoriedade da frequência escolar para o recebimento do benefício.

Em 2007, foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), elaborado com a finalidade de avaliar a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a superação das fragilidades do ensino nacional. (BRASIL, 2016).

O Ideb é utilizado como um indicador nacional que permite o monitoramento da qualidade da Educação, por meio de dados, que podem ser utilizados para gerar melhorias na qualidade do ensino ofertado pelas unidades de ensino. O índice é calculado a partir de dois componentes: as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep e a taxa de aprovação escolar. (BRASIL, 2016).

As médias de desempenho para as escolas e municípios são obtidas por meio da Prova Brasil, e para estados e país por meio da aplicação do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica) aplicados a cada dois anos. A meta para as escolas e redes de ensino giram em torno do objetivo de alcançar até 2022 a média de 6 pontos na avaliação. (BRASIL, 2017).

Outro evento histórico importante para a efetivação das políticas públicas de fomento para o ensino é a Emenda Constitucional nº 59, que determinou o fim gradual da incidência da DRU (Desvinculação das Receitas da União) sobre os recursos federais para a educação até o ano de 2011. Essa alteração promoveu um ganho de cerca de R\$ 9 bilhões a mais no orçamento da educação. (BRASIL, 2009).

A emenda constitucional prevê a universalização da educação infantil e do ensino médio, ao ampliar a obrigatoriedade para alunos de 4 e 17 anos. A meta deve ser implementada por municípios e estados, com apoio do Ministério da Educação, até o ano de 2016.

Sendo assim, garantir uma formação cidadã por meio da adoção e execução de políticas públicas que venham de encontro as necessidades da sociedade, principalmente tendo a educação como prioridade é urgente. A Conferência Nacional da Educação Básica (Coneb), realizada em abril de 2008, foi vista como um divisor de águas para as políticas públicas do setor educacional no Brasil. Na ocasião, os gestores dos diversos setores sociais, sociedade civil, profissionais da educação e pais de alunos, se reuniram em prol da qualidade da educação básica discutindo e elaborando conjuntamente o documento que direcionaria as políticas públicas voltadas para a qualidade na educação. (BRASIL, 2008).

Quanto ao Ensino Médio, em 2009, o governo instituiu o programa Ensino Médio Inovador – EMI pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009, no contexto da implementação das ações voltadas ao Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. O programa tem por objetivo fortalecer os Sistemas de Ensino Estaduais e Distrital fornecendo apoio técnico e financeiro, juntamente com a possibilidade de dinamização e flexibilização do currículo de acordo com as demandas sociais (BRASIL, 2009).

Uma medida mais recente que impactou sobretudo sobre os profissionais docentes do Ensino Médio, foi o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, instituído pela Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013. O programa representa a articulação e a coordenação de ações das diferentes esferas, federal, estadual e municipal por meio de políticas que visam o estabelecimento de um padrão de qualidade do Ensino Médio brasileiro. (BRASIL, 2013).

A partir dos dados obtidos, observa-se que no município investigado o crescimento no número de escolas que ofertam EM (Ensino Médio) acompanhou o incremento populacional. Tais índices refletem a efetivação de políticas públicas voltadas a oferta de vagas a população em idade escolar.

Quando analisamos a distribuição do número de escolas de EM no município, é notória a predominância do ensino público estadual como fonte de oferta de vagas. A rede federal de ensino representada pelos institutos federais aparece apenas nos três últimos intervalos de tempo investigados, reflexo da expansão dos IFs como umas das metas propostas para o índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) estabelecidas pelo Ministério da Educação.

Quanto a distribuição das unidades de ensino de acordo com a dependência administrativa, proporcionalmente a distribuição assemelha-se a nacional segundo a qual 68,1% das escolas de ensino médio são estaduais e 29,2% privadas, enquanto a União e os municípios participam com 1,8% e 0,9%, respectivamente, de acordo com dados do IDEB de 2016. (BRASIL, 2017). Ressaltando o papel da rede estadual de ensino na oferta do ensino médio no município e no Brasil como um todo.

A partir dos dados coletados referentes ao número de professores nas escolas Estaduais, Federais, Municipais e Particulares, fica evidente que os valores apresentados estão relacionados diretamente com o crescimento populacional, em que observasse um acréscimo de mais de 40.000 pessoas a população Rondonopolitana. Apesar dos valores indicarem um aumento do número de professores, esse aumento não reflete diretamente em maior valorização profissional.

Quando se pensa no crescimento no número de professores, devem ser levadas em conta todas as causas e fatores que levam ao déficit no número de docentes. A não valorização dos profissionais docentes, precárias condições de trabalho e falta de um plano de carreira afetam diretamente a formação de professores no Brasil. (PEREIRA, 1999). Pensar em uma ampliação de acesso e qualidade no ensino sem levar em conta a necessidade de mudanças nas condições de trabalho dos docentes não é pensar em avanços reais na educação, seja na esfera local ou nacional.

O crescimento no número de matrículas, acompanha o crescimento populacional, mas segundo dados do UNICEF, existem atualmente cerca de 3579 crianças de 4 a 17 anos fora da escola. Tais dados reforçam a necessidade de políticas públicas que venham de encontro com a realidade do município, que mesmo tendo ampliado o número de matrículas com o passar do tempo e com o crescimento da população, ainda apresenta número significativo de jovens e crianças fora da escola.

No Brasil, observa-se um crescimento absoluto da matrícula de 8.192.948 (2000) para 8.312.815 (2013) no EM, e esta etapa da Educação Básica (BRASIL, 2014). Os dados apresentados, mostram uma oscilação ao longo do período analisado, com aumentos mais pronunciados nos intervalos de 2007 e 2012.

A queda no número de matrículas no intervalo de 2015, pode ser reflexo da recessão econômica vivida não só pelo município investigado como por todo o Brasil, por exemplo, as exportações caíram 12% em 2014 (PAULA, 2017). Como a cidade depende diretamente das receitas advindas da exportação de grãos, a queda na arrecadação e oferta de vagas de emprego podem ter contribuído para a diminuição no número de matrículas nas escolas, observadas inclusive no ensino particular.

Conclusões

O processo de expansão da Educação Básica no Brasil, apresenta diferentes cenários e realidades, peculiares a cada região. Apesar da crescente oferta de vagas e aumento no número de escolas, professores e matrículas no município investigado, os dados apresentados pelo UNICEF, sobre crianças e jovens em idade escolar que estão fora da escola, destacam a necessidade de intervenção dos diversos setores sociais na causa educacional.

O predomínio da esfera Estadual como mantenedora do EM, apontam a necessidade de maior controle e efetivação das políticas públicas estaduais, voltadas sobretudo para a ampliação do acesso, controle da evasão escolar e valorização dos profissionais docentes.

O município analisado diferente da grande maioria dos municípios mato-grossenses tem um crescimento da cobertura do EM, que acompanha o crescimento populacional, bastando dessa maneira estudos e planejamento de ações que venham de encontro com as peculiaridades do local, como entendimento das causas da evasão escolar, e qualidade de ensino levando-se em conta a proficiência dos alunos e não apenas os números absolutos de matrículas e frequência escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL, Conferência Nacional da Educação Básica (2008:Brasília, DF) Documento final. – Brasília: Ministério da Educação, 2008. 90 p
- BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 59, 2009. **Dá nova redação ao art. 76 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos**. Brasília, em 11 de novembro de 2009.
- BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União, 5 abr. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm>. Acesso em: 23 fev. 2017.
- BRASIL, Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. Disponível em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1:pacto-pelo-fortalecimento-do-ensino-medio&catid=8&Itemid=101 Acesso em: 06 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 21 dez. 1996. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 23 fev. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação, **Relatório Educação Para Todos No Brasil, 2000-2015**, Brasília, DF. 2014. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002326/232699por.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

BRASIL, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Censo escolar da educação básica 2016, 2017. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf

Acesso em: 26 jun. 2018.

BRASIL, PORTARIA N - 971, DE 9 DE OUTUBRO DE 2009. Instituir no âmbito do Ministério da Educação, Programa Ensino Médio Inovador, Brasília, DF, out. 2009.

COSTA, G.; L.; M.; O ensino médio no Brasil: desafios à matrícula e ao trabalho docente, **R. Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 185-210, jan./abr. 2013.

FERRARO, A. R.; MACHADO, N. C. F. Da universalização do acesso à escola no Brasil. Educação & Sociedade, ano XXIII, nº 79, Agosto/2002.

KUPPER, Agnaldo. Educação brasileira: reflexões e perspectivas. Terra e Cultura, ano XX, n. 39. Disponível em: <http://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/terra_cultura/39/Terra%20e%20Cultura_39-4.pdf>.

Acesso em: 23 -06-2018.

PAULA, L. F.; PIRES, M. Crise e perspectivas para a economia brasileira. Estudos Avançados 31 (89), 2017.

PEREIRA, J. E. D. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. Educação & Sociedade, ano XX, nº 68, Dez. 1999.

SILVA, E. Território, cidade e rede: o papel de Rondonópolis na expansão da soja no cerrado mato-grossense. São Paulo, 2009. 229. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, W. A. Evasão Escolar no Ensino Médio no Brasil. Educação em Foco, ano 19 - n. 29 - set/dez. 2016 - p. 13-34.

UNICEF, **Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da educação básica na idade certa – Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes /Fundo das Nações Unidas para a Infância.** - Brasília: UNICEF, 2012. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002252/225209POR.pdf>

Acesso em: 25 jun. 2018.

UNICEF, Fora da escola não pode. Disponível em:

<http://www.foradaescolanaopode.org.br/exclusao-escolar-por-municipio/MT/5107602>

Acesso em: 25 jun. 2018.



TOMAZINI, C. G.; LEITE, C. K. S. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão? Rev. Sociol. Polit. vol.24 no.58 Curitiba June 2016.